



DEBATE SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PROCESSO DE FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE

Antonia Raiane do Nascimento¹

José Aurilo Bezerra da Silva²

José Igor Pereira³

Antonia Railene Carvalho do Nascimento⁴

RESUMO

Discorre sobre o debate acerca de gênero / sexo e violência contra a mulher na formação profissional no curso de Serviço Social do IFCE- campus Iguatu. Neste sentido. A pesquisa se caracterizou como qualitativa e quantitativa, subsidiada pelo método materialista histórico-dialético e teve como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica e documental, sendo que os dados foram colhidos por meio de questionário que foi aplicado e constituído por questões de múltipla escolha e discursivas, com alunos que tinham cursando, pelo menos, 80% do curso e o componente curricular "Relações de Gênero, Classe e Etnia". Já a análise dos dados se deu de acordo com procedimentos de análise de conteúdo, em que foram confrontados dados levantados no questionário com discussões teóricas em torno das categorias que estão presente no debate sobre gênero e violência contra a mulher na formação profissional nas universidades públicas de Iguatu. Os resultados indicam que o debate sobre gênero tem alto potencial para desvelamento das complexidades das relações sociais, sobretudo a violência contra a mulher, já que as estudantes conseguem perceber as opressões do patriarcado, concluindo-se que as universidades públicas de Iguatu contribuem para as estudantes entenderem o lugar da mulher na sociedade e as vivências das opressões em seus cotidianos, colocando-se como importante ferramenta para o processo de formação profissional.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Mulher.

INTRODUÇÃO

O debate acerca da categoria gênero é introduzido pelas estudiosas do feminicídio a partir da década de 1980, partindo de questionamentos sobre a categoria patriarcado¹, divisão sexual do trabalho e relações entre sexos sendo que a discussão sobre gênero tenta mostrar que as diferenças sexuais superam a "simples" definição biológica, "pois agregam em si características socialmente constituía, podendo os papéis entre e homens e mulheres variar de acordo com a cultura" (LISBOA, 2005, p. 205).

Tais elementos nos levaram a compreender a constituição das relações sociais presentes no mundo capitalista, a constituição da profissão e o direcionamento que é dado a ela,

¹ Especialista em Educação na Universidade Federal do Ceará - IFCE, raianenascimento professora@gmail.com

² Especialista em Educação na Universidade Federal do Ceará – IFCE aurilo_macedo@gmail.com

principalmente nos últimos anos, em detrimento do projeto ético político da categoria, que assume um princípio ético e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da pessoa humana e o combate a toda forma de dominação e preconceito.

As motivações para tal pesquisa se deram a partir de uma vivência pessoal, primeiramente, por esta pesquisadora se perceber como vítima de um processo concretizado dentro de um relacionamento que, ao passar do tempo se configurou como insustentável e violento. Assim, diante dessa realidade percebida. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (SCOTT,1995, p.02).

Percebe-se diante do que foi dito a relevância deste trabalho, já é perceptível a necessidade de se fomentar discussões em torno das desigualdades de gênero. Por isso, esta pesquisa partiu da seguinte indagação: Como a formação profissional das universidades públicas no município de Iguatu contribui para o debate sobre gênero/ sexo e violência contra a mulher entre as estudantes?

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo destacamos a relevância da pesquisa social, que torna possível que os seus pesquisadores tenham o contato direto com a realidade objetivada para estudo, e das bibliografias que circundam a temática escolhida. Para Gil (2009), a pesquisa social é o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Para alcançar os objetivos pretendidos, procuramos utilizar o método materialista histórico dialético de Marx, que propõe a compreensão das relações sociais. O estudo dialético mostra o entendimento de como as relações sociais vêm se configurando historicamente, tendo em vista os movimentos do qual faz parte, analisando que vão se configurando e se transformando histórica e socialmente. O materialismo histórico permite perceber as relações humanas que são atravessadas pelo modo de produção que direciona as relações sociais: Políticas e econômicas da sociedade. Como mostra Alves:

A adesão teórica – metodológica ao materialismo histórico dialética exige a compreensão do historicismo concreto presente na obra de Marx e Engels, para os quais a

produção material da vida engendra todas as formas de relações humanas e assim sendo, a categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica (ALVES, 2010, p. 6).

Desta forma, o materialismo histórico dialético de Marx não estuda os fatos isoladamente, mas analisa a totalidade que a envolve, de forma que compreende a ligação que existe entre os fenômenos da sociedade, estudo histórico das relações humanas, para melhor entender a configuração das mesmas.

No processo de pesquisa, realizamos um estudo bibliográfico mais aprofundado sobre violência contra mulher e gênero, formação profissional, sendo que, segundo Gerhardt & Silveira (2009, p.37), a pesquisa bibliográfica “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Segundo Gil (2009), a pesquisa bibliográfica se configurou como um recurso indispensável para a pesquisa que será concretizada, está vinculado a categorias históricas que tem vários elementos de discussões e bibliográficas.

Nessa perspectiva, utilizamos referências de autores como base para as discussões da pesquisa, autores esses que se vinculam às perspectivas teóricas metodológicas, dentre eles/elas: Saffioti (1987, 2001, 2004 e 2015), Cisne (2012) e Costa (2008), compreendendo que são indispensáveis para fundamentar a teoria sobre gênero, violência contra a mulher e patriarcado no modo de produção capitalista.

Além da pesquisa bibliográfica, também utilizamos a pesquisa documental para o desenvolvimento desta pesquisa, que, segundo (Gil, 2009), são fontes diversificadas, que não receberam nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, a exemplo o Estatuto do IFCE e do Projeto Político-Pedagógico do curso de bacharelado em Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o Relatório de Avaliação do MEC, documentos esses essenciais para a realização da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acerca da busca pelo aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades de gênero no capitalismo, percebe-se que ainda se encontra latente em pleno século XXI, mesmo após conquistas históricas do movimento feminista, já que elas ainda incidem sobre a totalidade na vida das mulheres, principalmente no mercado de trabalho, onde o capital se apropria da mão

de obra feminina barata, que é um dos ângulos prioritários de manifestação da discriminação sofrida pelas mulheres. Por um lado, elas se encontram sob uma dominação masculina e, por de outro, o sistema capitalista que aprofunda a exploração das mulheres trabalhadoras.

Apesar disso, Silveira e Costa (2005) sinaliza que, de uma forma geral, pode-se entender apropriação capitalista, pois: O capitalismo se apropria, principalmente, da mão-de-obra de mulheres pertencentes a classes sociais mais baixas. Essas trabalhadoras costumam realizar trabalhos que possuem uma maior carga horária e uma menor remuneração. A submissão da mulher a esse tipo de exploração deve-se, em grande parte dos casos, à necessidade de assumir o sustento do lar. Soma-se a essa questão, o fato das trabalhadoras, muitas vezes, não terem tido acesso aos estudos e a qualificação profissional. Destacamos que, mesmo com o poder patriarcal abalado, ainda há uma nítida hierarquia entre homens e mulheres. Os sustentáculos das relações desiguais de gênero encontram-se vigentes e, por vezes, fortalecidos. Principalmente devido ao reforço do sistema econômico. O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres (SILVEIRA e COSTA, 2005, p. 1).

Fazendo alguns apontamentos acerca dessa categoria, por entendermos como sendo está a base material das relações sociais, que se constitui como uma atividade coletiva, Saffioti (2004) acredita que o sistema patriarcal e a sua ideologia impregnam na sociedade e no Estado. A autora observa que a ordem patriarcal de gênero é perpassada não apenas por discriminação de gênero também por raça, etnia, classe social e orientação sexual. Para a autora, a grande contradição da sociedade atual é composta pelo patriarcado, racismo e capitalismo (SAFFIOTE, 2004).

Para compreendermos tal apropriação, é necessário trilharmos o percurso histórico de algumas categorias, que são imprescindíveis para o entendimento das problemáticas que circundam a vida das mulheres e as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Nessa perspectiva, buscamos apresentar o conceito de patriarcado e como ele incide na dimensão das relações sociais.

Para Saffioti (2015, p. 47) “o patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Hartmann (1979), por sua vez, define patriarcado como sendo um pacto masculino para garantir a dominação das mulheres, de modo que é pertinente compreendê-lo como um produto histórico e culturalmente arraigado aos processos de desenvolvimento das sociedades.

A discussão realizada até aqui é fundamental para o entendimento do que Saffioti (2004) aponta como sendo os dois fatores históricos que marcam as bases de constituição do

patriarcado, que são a produção de excedente econômico, núcleo do desenvolvimento da propriedade privada e a descoberta da participação dos homens na procriação dos/as filhos/as.

Como podemos observar esses dois fatores atendem às necessidades do capitalismo, que implica e controla diretamente a vida das mulheres, dos seus direitos reprodutivos e servem como ferramenta de garantia e perpetuação do poder do homem e da garantia e perpetuação reprodução da propriedade privada, em virtude de que historicamente as mulheres foram privadas de acesso aos meios de produção.

Para compreendemos as discussões que envolvem a condição de ser mulher na sociedade capitalista e das opressões que permeiam, é necessário entender o movimento de apreensão da ascensão do modo de produção capitalista e sua dinâmica de desenvolvimento e reprodução, já que, mesmo antecedendo o capitalismo, o patriarcado acaba por se construir como elemento fundamental para a sua consolidação, pois este oferece as bases do seu modo material e também no campo ideológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entendendo a centralidade da categoria patriarcado e por ser uma discussão presente na bibliografia do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, buscamos apreender, a partir do questionário aplicado, o entendimento das estudantes sobre o conceito de patriarcado. No entanto, deparamo-nos com um elemento que nos levou a refletir sobre a importância da discussão dessa categoria, como também compreender o papel político que o seu conceito representa, pois, das treze estudantes que responderam o questionário, uma delas não conseguiu formular uma resposta, trabalhando o conceito de forma superficial e sem embasamento teórico, ao passo que apenas uma outra dessas estudantes fez o conceito se embasando em Saffiotte, entendendo como um conceito amplo e vinculado à sistema de dominação e exploração, como pode ser percebido na resposta dada pela citada estudante, quando foi indagada sobre o entendimento sobre patriarcalismo e machismo:

São culturas que se encontram fortemente enraizadas na sociedade e que centralizam no homem a figura de "todo poderoso", onde as mulheres devem ser submissas a eles, pois são tidos como "fortes", naturalizando assim formas de exploração, submissão e violência em suas mais variadas facetas (ESTUDANTE 11).

Patriarcado: Um sistema social onde homens predominam o poder em função de uma liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Na família é o pai que ou quem representa essa figura paterna que controla o poder e a autoridade sobre as

mulheres e crianças. Machismo: é uma forma de comportamento que se expressa por opiniões e atitudes de alguém que não aceita a igualdade de direitos, nem de deveres entre os homens e mulheres. Valoriza e enaltece o sexo masculino sobre o feminino (ESTUDANTE 12).

Corroborando com a definição de Saffioti (2015), é importante ressaltar que o estudante não tratou apenas de aspectos essenciais do conceito como as bases materiais, sexuais, que está em constante transformação e que incide no cotidiano, pois na fala do mesmo denota-se existem algumas incompreensões e, que, muitas vezes, o patriarcado acaba por ser entendido como uma determinação que incide não apenas no âmbito econômico, desconsiderando, assim, os outros aspectos, essenciais para a sua compreensão.

Essa discussão foi inserida na pesquisa com o intuito de demonstrar a fragilidade da compreensão de patriarcado sob essa perspectiva, já que, em outros momentos, os depoimentos das estudantes vão de encontro ao que Saffioti aponta, que este é não só um sistema de dominação, como também uma estrutura que extrapola as relações familiares e incide na vida pública.

Corroborando com a definição de Saffioti (2015), é de fundamental importância a compreensão de que o patriarcado tem bases materiais, econômicas, sexuais e está em constante transformação, perpassando assim toda a sociedade. Esse sistema de dominação incide no cotidiano das mulheres e no interior das relações sociais no decorrer da história, tanto no âmbito da vida privada como no âmbito da produção, legitimando e explicitando o poder do homem e a submissão da mulher na sociedade, adensado pelo modo de produção capitalista.

Além disso, a constituição das classes sociais no capitalismo inaugura um novo modo de produção baseada na compra e venda da força de trabalho e na apropriação da mais valia⁷. A classe em questão se diferencia daquelas que detêm os meios de produção e das que somente vendem a força de trabalho, configurando-se como duas classes sociais de interesses antagônicos. Esse sistema se consolida no decorrer dos anos, que traz consigo uma condição inerente à sua lógica de desenvolvimento, pois a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. O capital produz essencialmente capital e só o faz na medida em que produz mais-valia. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na alavanca mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece mistificada como força produtiva do capital” (IAMAMOTO, 2008, p 58).

Como podemos observar, o antagonismo entre homens e mulheres foi adensado com a ascensão do sistema capitalista. No entanto, esse processo está ligado ao antagonismo de classes, no caso, o proletariado e a burguesia, daí surge a necessidade de analisarmos as relações

entre classe e sexo, entendendo que esse antagonismo em questão “coincide” no tempo histórico, não pelo o tempo natural, mas para atender a uma necessidade do capital. Essa relação também deve compreender as questões de raça e etnia, que se constituem justamente com as classes sociais e a dimensão de gênero, eixos estes que foram estruturantes da sociedade.

Diante disso, é impossível desenvolver análises sobre a condição da mulher, sem considerar os aspectos mencionados, já que esses antagonismos se expressam cotidianamente na vida das mulheres, que são determinantes da divisão sexual do trabalho, categoria que discutimos no próximo tópico.

A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa segmentação do trabalho entre homens e mulheres está de tal forma hierarquizada que o trabalho feminino é sempre mais explorado, constituindo, dentro desse cenário, profissões tidas como “mais adequadas” para o sexo feminino. Assim, “uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra” (CISNE, 2012, p.109).

Portanto, tal divisão sexual do trabalho é resultado do sistema capitalista- patriarcal, que confere às mulheres péssimas condições de trabalho e desvalorização total da mão-de-obra feminina, que infere em um baixo prestígio social, ao perceber os trabalhos preconizados. Além disso, as mulheres têm jornadas de trabalho exaustivas, pois exercem também as funções de “dona de casa”, “mãe de família” e outras tantas que dizem respeito ao trabalho doméstico e reprodutivo não pago e invisibilizado.

Entendemos que a desvalorização do trabalho da mulher é colocada como necessária para que ela não se perceba como classe trabalhadora, o que acaba interferindo na sua identidade de classe. Isto faz com que algumas mulheres fiquem acomodadas e acabem não se articulando nos sindicatos, movimentos sociais, dentre outras formas de organização, deixando de assumir cargos em associações e entidades, significando uma perda para a sociedade como um todo, principalmente para as mulheres.

Contudo, é possível observar que esse processo não se desenvolveu sem conflitos, assim como ressaltamos também que a importância de muitas mulheres terem se rebelaram contra essa “ordem” ao longo da história. Muitas mulheres eram perseguidas, taxadas como bruxas, queimadas vivas, por conta de lutarem por seus direitos. “Muitas conquistas foram alcançadas devido à luta das mulheres, que participaram, inclusive, de forma determinante em movimentos revolucionários como a Comuna de Paris e a Revolução Russa” (CISNE, 2012, p. 115).



Isso mostra que as desigualdades de gênero não são tão recentes assim. No final da década de 70 e início dos anos 80, o debate sobre a igualdade versus diferença se tornou centro das discussões. O foco do movimento feminista seria direcionar sua luta em prol da igualdade na diferença, passando-se a destacar as diferenças culturais, reconhecendo a diversidade cultural de gênero. “Passou-se então a falar de diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero e assim por diante” (ARAÚJO, 2005, p.42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que, nesse cenário que vivenciamos atualmente, que está permeado por um processo de reformas, que acabam refletindo diretamente no cotidiano das mulheres, há um reforço e um resgate do conservadorismo, dos valores, morais e religiosos, por parte da sociedade, como também por responsabilizá-la pelo cuidado com a família, a se inserir no mercado de trabalho para “ajudar” nas despesas da família, e divisão sexual do trabalho, sendo um dos principais problemas de exploração e violação dos direitos das mulheres. Dada essa conjuntura, que ameaçou, de forma concreta, os direitos já conquistados pelas mulheres, destacamos a importância do debate sobre gênero na formação profissional, já que também é pauta na organização política dos sujeitos e tem como objetivo de trabalho a viabilização de direitos.

Para as estudantes a formação profissional contribuiu para o rompimento de relações de dominação, com traços do conservadorismo, que permitiu que elas tivessem visão de mundo, até mesmo pela a sua própria condição de ser mulher, ativando nelas novas construções e expectativas.

Nesse sentido, concluímos que a formação profissional contribui diretamente para o desvelamento da realidade de todas as amarras, que estão presentes no cotidiano e que, para as mulheres investigadas nesta pesquisa, é uma luta para se afirmarem e romperem com os padrões impostos pela a sociedade.

Logo, mais do que as discussões teóricas em sala de aula, as discussões em torno da mulher na sociedade vêm resultando em ações concretas de organização de outras mulheres, a exemplo do próprio movimento feminista. As estudantes reconhecem a graduação como um importante espaço inicial de discussão e que as discussões perpassem as paredes das salas de aulas e chegam a outras mulheres, as quais não têm as mesmas oportunidades que as estudantes desta pesquisa tiveram.



Portanto, continuamos lutando por uma formação profissional de qualidade, para que as discussões sobre gênero não estejam presentes só na graduação, mas também ganhem espaço nas escolas, para que as crianças cresçam menos preconceituosas, com mais entendimento sobre a temática. Entretanto, reafirmamos a necessidade do fortalecimento de todos os movimentos sociais na luta por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Fundação Perseu. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2010. [cerca de 301p.] Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf>. Acesso 10 Dez. 2019
- ABEPSS, **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ARAUJO, Maria de Fatima,. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. Psicol. clin. vol.17 no.2 Rio de Janeiro 2005
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136,
- BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 da regulação da profissão . 10. ed.rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei111340.htm>>. Acesso:16 jul. 2018.
- CARVALHO, Marília Pinto, apud, Scotti, **O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED**, Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.abr. 2011.
- CASIQUE , Leticia Cadique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **Reflexões teóricas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000600018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso: 02 jan. 2020.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Editora Outras expressões, 2012.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Local São Paulo de publicação: Editora Sao Paulo, 2008.
- DURVAL, Muniz Albuquerque Junior: **Nordestino intervenção do falo: uma historia de gênero masculino** . São Paulo: Entre meios , 2013.
- DURIGUETTO, M.L. A questão dos intelectuais em Gramsci. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 118, p.265-293, abr./jun.2014.



ENGELS, F. **A origem da família**, da propriedade privada e do Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GERHARDT, Tatiana Engel ; SILVEIRA , Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODINHO, Tatau. **O feminismo, prática política e luta social**. In: PAPA, Fernanda; JORGE, Flávio (Orgs.). **Feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

HARTMANN, Heidi. “**The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union**”. Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism, Lydia Sargent (ed.), 1981. p. 1-41.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAPLAN, H. I., & SADOCK, B. J. **Compêndio de social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LISBOA, Kleba Teresa. **A intervenção do Serviço Social junto á questão da violência contra a mulher**. Katálysis, Florianópolis, v.8 n.2 Jul. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. Ed. São Paulo: Editora Sao Paulo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. São Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.